

# Processo de inclusão educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista: desafios da articulação intersectorial

*Process of educational inclusion of children with Autism Spectrum  
Disorder: challenges of intersectoral articulation*

**Luiza Camila de Souza**

**Caroline Evelyn Sommerfeld-Ostetto**

**Roselaine Maciel Regis Pietra**

**Resumo:** A escola representa um importante ambiente do desenvolvimento social, intelectual, emocional e moral, configurando-se como um potente espaço promotor de interações e de oferta de estímulos para as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entretanto, a construção de um projeto comum que articule os diferentes contextos e sujeitos envolvidos no processo de inclusão educacional, superando a visão reducionista e fragmentada, ainda é um desafio. Com isso, o presente estudo tem como objetivo analisar os desafios da articulação intersectorial no processo da inclusão educacional das crianças com TEA no cenário brasileiro. O estudo foi realizado por meio de revisão integrativa da literatura publicada no período de 2010 à 2020, com buscas nas bases de dados do SciELO, EBSCO, Google Acadêmico, além da busca intencional por documentos publicados por órgãos nacionais relacionados à temática da pesquisa no sistema operacional Google. Com base na leitura e análise do material selecionado, foram definidas três categorias para apresentação dos resultados, com base no processo de inclusão educacional de crianças com TEA e os desafios da articulação intersectorial no cenário brasileiro: a primeira voltada à inclusão como responsabilidade de todos; a segunda voltada para os direitos da criança com TEA; a terceira e última, direcionada aos desafios da articulação intersectorial. A falta de preparo profissional, bem como dificuldade de interação dos familiares com a escola e outros profissionais além dos problemas para garantia dos direitos da criança com Transtorno do Espectro Autista representam os principais desafios impostos para que o processo de inclusão ocorra efetivamente.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista; Inclusão educacional; Intersetorialidade.

**Abstract:** The school represents a fundamental environment for social, intellectual, emotional and moral developments, standing as a powerful space promoter of interactions and offer of stimulation for children with Autism Spectrum Disorder (ASD). However building a common project that articulates the different context and subjects involved in the educational inclusion process, overcoming the reductionist and fragmented vision, still a challenge. Therefore, this research aims to analyze the struggle to include intersectional articulation in the process of educational inclusion of kids with Autism Spectrum Disorder (ASD). The present article was based in a integrative review of the literature published between 2010 and 2020, searched in the data base of Scielo, EBSCO, Google Academics and intentional research for documents published by national authorities in Google. Based on the reading and analysis of the material selected, It was defined three categories to present the results, they were defined by the process of educational inclusion of children with ASD and the challenges of intersectional articulation in the Brazilian scenario: The first dedicated to inclusion as a responsibility of all; the second directed to the rights of ASD children; the third and last, focused in the challenges of intersectional articulation. The lack of professional preparation, as well as the difficulty of interaction of the parents with the school and other professionals, besides the problems to ensure the rights of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) represent the challenges provided for the inclusion process happens effectively.

**Keywords:** Autism Spectrum Disorder; Educacional inclusion; Intersectional.

## INTRODUÇÃO

Em 1911, Eugen Bleuler difundiu o termo “autismo”, definido naquele momento como a perda de contato com a realidade, utilizado para descrever um sintoma da esquizofrenia. Em 1943, Leo Kanner com sua obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo” diferenciou o autismo de outras psicoses graves na infância. Através da observação de um grupo de onze crianças com características comuns e destacando a incapacidade de se relacionar com as pessoas, Kanner foi um dos pioneiros no estudo do autismo (LOPES; ALMEIDA, 2021).

Nos dias atuais, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) refere-se a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma

repetitiva. O TEA começa na infância e tende a persistir na adolescência e na idade adulta. Na maioria dos casos, as condições são aparentes durante os primeiros cinco anos de vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2017).

Com base em estudos epidemiológicos realizados nos últimos 50 anos, a prevalência do transtorno do espectro autista parece estar aumentando globalmente. Há muitas explicações possíveis para observação desse fenômeno, incluindo o aumento da conscientização sobre o tema, a expansão dos critérios diagnósticos e suas melhores ferramentas, e o aprimoramento das informações reportadas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2017).

É fundamental que a sociedade trabalhe junto no processo de inclusão das pessoas com TEA, principalmente nas escolas, frequentemente o local onde há o primeiro contato do ser humano com outras crianças e pessoas de fora de sua família. Como citado no documento do Ministério da Saúde - Linha de cuidado para atenção às pessoas com TEA (BRASIL, 2015) A. No Brasil, em 1994 foi publicado o documento Política Nacional de Educação Especial, que tratava as deficiências com foco no modelo clínico das mesmas, um modelo no qual a criança com deficiência é quem deveria se adequar na sociedade e não o contrário (BRASIL, 2015a).

No entanto, foi validada por meio a responsabilidade das pessoas com deficiência de se adequarem à sociedade, transferindo (BRASIL, 2015b).

Levando em consideração que, além do ambiente familiar a escola é o primeiro ambiente de socialização que a criança frequentabioecológico proposto por Bronfenbrenner (1976/1996). O modelo bioecológico é composto por cinco níveis ambientais, que são denominados: microsistema, mesosistema, exosistema, macrosistema e cronosistema, que ocorrem em determinada dimensão de tempo histórico e social (SILVA, 2018microsistema escolar é reconhecido como um ambiente para o desenvolvimento social, intelectual, emocional e moral. A escola então, torna-se um espaço promotor de desenvolvimento para as crianças com TEA, além de poder contribuir no processo de inclusão educacional (MOSER; GARCIA; CHAGAS, 2021).

Para Bronfenbrenner, o indivíduo é inseparável do contexto social, sendo o desenvolvimento um produto resultante da interação entre o indivíduo e o meio em que se insere (SILVA, 2018). Com este conceito fica evidente a importância da parceria dos familiares com a escola, bem como dos profissionais envolvidos com as crianças com a sociedade em geral (RINALDO, 2016).

A família e a equipe multiprofissional envolvida no processo de inclusão devem trilhar este caminho juntas, como citam Borba e Barros (2018), no guia *Ele é autista: como posso ajudar na intervenção?* Neste guia relata-se que “[...]cuidar de uma criança diagnosticada com autismo requer um aprendizado constante e uma enorme capacidade de comemorar pequenos progressos[...]”.

Em 2001, a Organização Mundial da Saúde aprovou o modelo de Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, a CIF, que contribuiu na renovação do conceito de deficiência, ampliando a visão para os modos de funcionamento humano, contribuindo ainda mais para a promoção de saúde da pessoa com deficiência (FARIAS; BUCHALLA, 2005).

No documento *Linha de cuidado para a atenção às pessoas com TEA*, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2015), cita sobre a parceria com a assistência social, a parceria tem como objetivo prover proteção à vida, reduzir danos e prevenir a incidência de riscos sociais às pessoas com TEA e às suas famílias. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, também traz a afirmação de que ainda necessitamos destas políticas afirmativas para que haja igualdade no acesso a direitos (BRASIL, 2015).

A articulação entre setores e órgãos governamentais, utiliza a estratégia da intersectorialidade para que a verticalização e a fragmentação sejam superadas, como citam Marcondes, Sandim e Diniz (2018). A intersectorialidade pode ser considerada um termo para definir um modo de articulação, os componentes e personagens principais da articulação irão variar de acordo com o campo que será aplicada. Além disso, no campo que diz respeito à saúde, a intersectorialidade pode ser entendida como uma forma articulada de trabalho que tem como pretensão, superar a fragmentação do conhecimento e das estruturas sociais para produzir

efeitos mais evidentes e significativos na saúde da população (WARSHAUER; CARVALHO, 2014).

Contudo, Santos e Kind (2020), citando Mendes e Akerman (2009), destacam que o grande desafio do século atual ainda é construir um projeto comum com sujeitos e organizações sociais que se articulem, superando a visão reducionista do mundo e considerando a realidade local por meio de ações interdisciplinares, com governos que priorizem por políticas e programas que articulem saberes afim de melhorar a abordagem destas ações.

Entendendo a intersetorialidade e todos os seus benefícios Machado e Ansara (2015) evidenciam que a realidade da pessoa com autismo parece emblemática para tratar da interferência de tais fatores no acesso a políticas públicas efetivas, que iniciam nos cuidados à saúde, e a partir destes, evidenciam de forma contundente as interdeterminações com outras áreas de gestão pública, fazendo da intersetorialidade uma urgência.

Reconhecendo a necessidade de construção de um projeto comum que articule os diferentes contextos e sujeitos envolvidos no processo de inclusão educacional, capaz de supera a visão reducionista e fragmentada, o presente estudo tem como objetivo analisar os desafios da articulação intersetorial no processo da inclusão educacional das crianças com TEA no cenário brasileiro.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que busca através de pesquisas em variadas fontes de informação, obter uma análise ampliada e com diferentes aspectos sobre os desafios da articulação intersetorial no processo da inclusão educacional das crianças com Transtorno do Espectro Autista no cenário brasileiro. Como citam Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, ela

permite a inclusão de diferentes estudos para uma compreensão mais completa do fenômeno analisado.

Além disso, os mesmos autores destacam que a revisão integrativa ainda combina dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. A revisão integrativa demanda ações estratégicas e sequenciadas para garantir o rigor metodológico. Para esta metodologia seguiu-se as etapas propostas por Botelho, Cunha e Macedo (2011), quando relatam que:

- 1ª Etapa: identificação do tema e escolha da questão norteadora da pesquisa;
- 2ª Etapa: estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão;
- 3ª Etapa: identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados;
- 4ª Etapa: categorização dos estudos selecionados;
- 5ª Etapa: análise e interpretação dos resultados;
- 6ª Etapa: apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

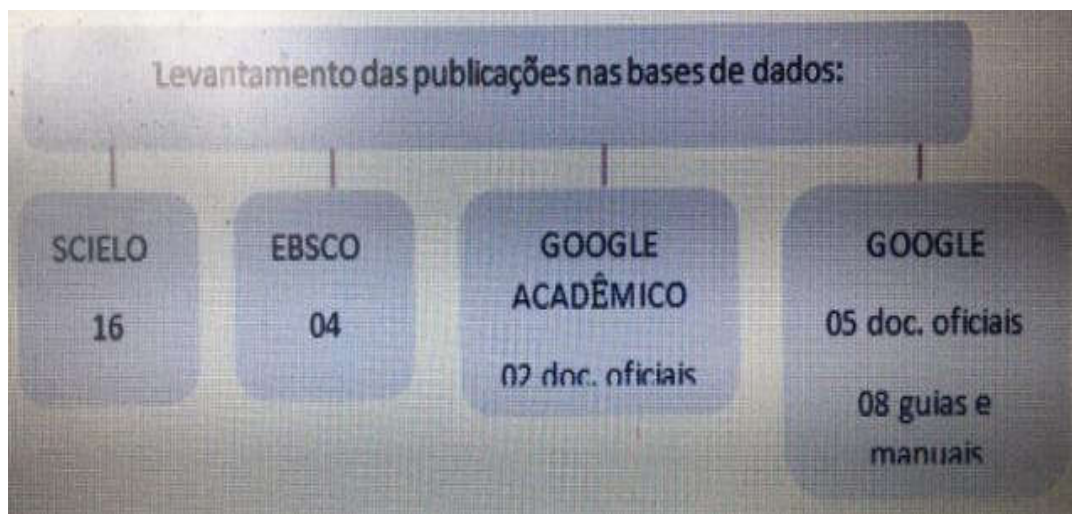
No presente estudo, as buscas para a revisão integrativa foram feitas nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), pois é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, EBSCO (base de dados multidisciplinar de conteúdos acadêmicos em língua portuguesa), Google Acadêmico (sistema que oferece ferramentas específicas para busca de literatura acadêmica publicada em diferentes idiomas), além da busca intencional por documentos publicados por órgãos nacionais relacionados à temática da pesquisa no sistema operacional Google.

A busca foi realizada nos idiomas português, inglês e espanhol, incluindo publicações, a partir dos seguintes termos: “Inclusão Educacional”; “Processo de Inclusão”; “Inclusão de Crianças com TEA”; “Desafios da Articulação Intersetorial”. Para análise do objetivo proposto foram considerados materiais publicados entre os anos de 2000 e 2020. Sendo assim, os critérios de inclusão foram artigos entre

os anos de 2000 a 2020, com temas envolvendo a inclusão educacional de crianças com TEA.

Os resultados do estudo basearam-se na leitura e síntese de cada publicação, seguindo os critérios de inclusão, sendo organizados em uma tabela para categorizar e quantificar o material incluído no estudo, destacando o título, responsáveis pela publicação, além da base de dados de localização de cada título. Os resultados e a análise estão apresentados a seguir, na FIGURA 1 - Fluxograma síntese da revisão integrativa, em forma de diálogo com conteúdo que compôs o quadro final da revisão, extraindo de seus conteúdos os trechos mais relevantes à questão do presente estudo.

FIGURA 1 - Fluxograma síntese da revisão integrativa.



Fonte: elaborado pelas autoras, 2021.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise do material selecionado por meio da revisão integrativa foram definidas 3 categorias para apresentação da análise sobre o processo de inclusão educacional de crianças com TEA e os desafios da articulação intersetorial no cenário brasileiro: 1) inclusão da criança com TEA uma responsabilidade de

todos; 2) a importância da informação para a garantia dos direitos da criança com TEA e 3) desafios da articulação intersetorial para efetiva inclusão educacional da criança com TEA.

### **Inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista: uma responsabilidade de todos**

A inclusão possui como característica ações que visam a integração absoluta de todas as pessoas, com adaptações para cada necessidade especial - se houver, também, deve estar além do processo educativo, com o foco em um processo geral de desenvolvimento. A inclusão da criança com TEA deve estar muito além da sua presença na sala de aula, deve almejar a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades (OLIVEIRA, 2020). No processo educacional, é importante que todos os alunos tenham acesso a um ambiente em que existam ações que facilitem a adaptação para o desenvolvimento pessoal e cognitivo. Como citam Barbieri, Sousa e Gervasio (2020), é importante que na inclusão todas as crianças e alunos tenham uma resposta educativa num ambiente regular que lhes proporcione o desenvolvimento das suas capacidades.

Além disso, as ações de inclusão das crianças com TEA devem ser adaptadas para cada uma delas, pois cada uma possui uma demanda específica, de acordo com o nível do espectro e das capacidades que precisam ser estimuladas. Sendo assim, faz-se necessário considerar as diferenças nas características de cada aluno com TEA, para que, tanto professores quanto alunos saibam lidar da maneira adequada, buscando auxiliar o estudante com TEA a interagir consigo e nas atividades diárias em sociedade (BARBIERI; SOUSA e GERVASIO, 2020).

Para as crianças com TEA a inclusão se faz necessária e essencial, considerando que a escola proporciona um ambiente rico de interações sociais, além de haver estímulo para que outras habilidades possam ser desenvolvidas na criança (MOSER; GARCIA; CHAGAS, 2021). A importância da inclusão educacional dos estudantes Togashi e Walter (2016) principalmente, no que se refere à socialização, na qual se torna possível proporcionar as crianças com o



transtorno oportunidades de conviver com outras crianças da mesma faixa etária, isso se torna um estímulo às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo. Portanto, é notável que com os estímulos que geram as ações de inclusão de forma efetiva, a criança com TEA poderá ter melhor adaptação ao ambiente, potencializando o desenvolvimento e promovendo melhora na capacidade de interação social e em outras habilidades pessoais.

O modelo biológico proposto por Bronfenbrenner (2011), é uma abordagem que traz uma melhor compreensão do desenvolvimento humano, em uma perspectiva contextual enxerga o indivíduo inseparável do seu contexto social, sendo o desenvolvimento o resultado das interações do indivíduo com o meio em que vive (SILVA, 2018). Essa perspectiva reafirma a ideia de que o ambiente escolar é um lugar de estímulos para o desenvolvimento da criança com TEA. Segundo Moser, Garcia e Chagas (2021) a teoria bioecológica compreende todos os elementos envolvidos quanto a pessoa e suas características, além do contexto em que vive, os tempos e as mudanças que também fazem parte do desenvolvimento da criança, evidenciando que além de o ambiente escolar ser de extrema importância, a responsabilidade para que a criança se desenvolva da melhor forma possível, é de todos que fazem parte do contexto social, do meio no qual a criança vive.

O envolvimento da família no processo de inclusão da criança com TEA além de proporcionar maior interação com os professores, também é importante para que a criança seja compreendida de uma forma mais ampla. Para Freitas, Brito e Martins (2020), tão importante como garantir o suporte educacional necessário ao avanço do filho com TEA, é o acompanhamento escolar em casa, ao estar junto com o filho no dia a dia ajudando nas tarefas e observando seu processo de aprendizagem. O envolvimento dos familiares e professores como parceiros trabalhando pela educação das crianças, segundo Moschini e Schmidt, 2017 (apud Freitas, Brito e Martins, 2020) é fundamental para garantir a adaptação e aprendizagem dos estudantes.

A família, os colegas, os professores, os terapeutas e a assistência social formam uma rede de apoio para a criança com TEA, para que essa criança seja amparada tanto com ações de inclusão como, também, com acesso aos direitos

fundamentais. A importância da contribuição da Política Pública de Assistência Social para a integralidade das ações de atenção às pessoas com transtorno do espectro do autismo e às suas famílias é destacada por (CRUZ; COLIN, 2015). As autoras ainda mencionam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é responsável pela articulação de meios, esforços e recursos para a execução dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais (CRUZ; COLIN, 2015).

A rede de apoio é formada dentro e fora da sala de aula, para que a inclusão seja ainda mais efetiva. O trabalho em conjunto com a professora da sala, a educadora especial e com outros profissionais, para Monteiro e Ribeiro (2018) se torna importante para assim atividades apropriadas serem colocadas em prática, atividades estas que possam melhorar o desenvolvimento social, intelectual e afetivo do aluno com TEA. O ambiente escolar, também é considerado importante por Mattos e Nuernberg (2011), por ser mais um espaço de interação social que, portanto, constitui-se num meio sociocultural fundamental à constituição dos sujeitos.

De acordo com Freitas, Brito e Martins (2020) é necessário que a escolarização vise a autonomia e o desenvolvimento de relações sociais; as atividades serem realizadas em ambientes e horários juntamente com os demais colegas; uma avaliação pedagógica flexível; e o estímulo à comunicação, dentre outros. Fica evidente que para que de fato, a inclusão e o ambiente escolar estejam sendo efetivos no desenvolvimento da criança com TEA, atores sociais de outros ambientes devem fazer parte direta e indiretamente desse processo.

### **A importância da informação para a garantia dos direitos da criança com TEA**

É papel da sociedade promover condições de acessibilidade necessárias, a fim de possibilitar que as pessoas com deficiência vivam de forma independente e participem plenamente de todos os aspectos da vida. Nesse contexto, a educação inclusiva torna-se um direito inquestionável e incondicional. É importante

ressaltar que legalmente, o Brasil, segue o movimento internacional de inclusão educacional.

Pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a educação é dever do Estado, com garantia de atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente no ensino regular. Adotando a proposta de "Educação para Todos", da Conferência Mundial da UNESCO de 1990, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Brasil, 1990), reforça o direito ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 1996, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB - Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996), a promoção da educação universal, com qualidade e igualdade de condições torna-se obrigatoriedade em todo o território nacional.

Dirigido especificamente ao processo de inclusão, o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008) dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Já em 2011, o Decreto nº 7611/11 (BRASIL, 2011) dispõe que o atendimento educacional especializado deve prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; além de assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Porém, somente em 2012, foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a partir da Lei Berenice Piana - nº 12.764 de 2012 (BRASIL, 2012), com incentivo à formação e capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com TEA, bem como à pais e responsáveis.

A garantia dos direitos da criança com Transtorno do Espectro Autista, bem como as leis sancionadas já possuem sua divulgação no meio familiar, porém o que ainda preocupa é o conhecimento sobre o TEA, que muitas vezes fica distante das pessoas que não tem contato com as famílias, mas que ainda possuem contato direto com estas crianças, o que acaba dificultando ainda mais a inclusão. De

acordo com Barbieri, Sousa e Gervasio (2020), há dificuldade dos alunos e professores se adaptarem com esse processo inclusivo, pois a falta de conhecimento sobre o TEA contribui para o isolamento das crianças com o espectro. Nesse sentido, as autoras citam a necessidade de considerar as diferenças nas características, para que tanto professores quanto alunos saibam lidar de maneira adequada, buscando auxiliar o aluno com TEA a interagir consigo e nas atividades diárias em sociedade.

Com relação a essas queixas sobre a falta de informação e capacitação, principalmente de professores, Oliveira (2020) cita que é necessária uma reforma na formação de professores em geral

A interação entre familiares e professores é essencial para que as necessidades da criança com TEA sejam devidamente atendidas, essa responsabilidade está em quem mais tem o conhecimento sobre a criança, podendo auxiliar nesse processo. A família possui papel fundamental principalmente por fornecer aos profissionais informações relevantes sobre o desenvolvimento e as formas de comunicação das crianças. Informações estas que são de grande valor para o planejamento das intervenções educacionais dessas crianças e adolescentes (FREITAS; BRITO; MARTINS, 2020). Além de promover a interação do familiar com os professores, há outras formas de melhorar a adaptação da criança com TEA no contexto escolar. Para Oliveira (2020), outra estratégia de adaptação que, conseqüentemente, permite obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo, além da interação e troca de informações com outros atores que compõem a rede da criança em foco.

Para além da educação, a criança com TEA possui direitos garantidos as ações e serviços de saúde, mas articular toda a rede e diferentes setores afins para promover um cuidado ampliado e qualificado ainda é um desafio. A Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência está organizada a partir dos componentes: a) Atenção Básica; b) Atenção Especializada em Reabilitação (física, auditiva, intelectual, visual, de múltiplas deficiências e de ostomia); c) Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência. A articulação entre estes componentes e seus pontos de atenção é central para a garantia da integralidade do cuidado e do

acesso regulado a cada ponto de atenção e aos serviços de apoio, observadas as especificidades indispensáveis à garantia da equidade na atenção de seus usuários (BRASIL, 2015). Porém, na prática, o que se observa é a busca por cuidados na rede privada de saúde, por falta de acesso, ou mesmo, pela insatisfação com a qualidade da atenção.

Nesse sentido, considera-se que um dos pontos necessários para que a criança com TEA tenha seus direitos garantidos é a informação, que deve chegar não só aos familiares, como também aos professores, equipes de saúde, assistentes sociais, à sociedade como um todo. Acredita-se que o acesso à informação pode evitar que direitos sejam violados ou deixados de lado, inclusive o direito à inclusão (CAMPOS; SILVA; CIASCA, 2018).

### **Desafios da articulação intersetorial para efetiva inclusão educacional da criança com TEA**

É evidente que a criança com TEA necessita de atenção integral, para que seu desenvolvimento seja global, com todas as adequações necessárias, e isso depende de avaliar a demanda de cada criança, pois cada espectro é único. Por suas particularidades, as crianças com TEA necessitam de atenção multiprofissional, adequação nas propostas educacionais e terapêuticas as quais envolvem diferentes profissionais e a família (SCHWARTZMAN; ARAÚJO, 2011 apud MACHADO; ANSARA, 2015). Além disso, Campos, Silva e Ciasca (2018) afirmam que o indivíduo com TEA necessita estar inserido no ambiente escolar, ter acompanhamento com equipe multidisciplinar (terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo e médico) e ter uma família com conhecimento sobre o assunto e que esteja amparada pela equipe de profissionais.

A articulação para a efetiva inclusão deve ter a colaboração de todos os profissionais envolvidos com a criança bem como a sua interação, não apenas com os familiares, mas também entre si. Reconhecendo tal importância, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2012) instituiu a Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, na condição de estratégia para criar novos pontos de atenção, ampliar e qualificar os já existentes e para articular todos eles em favor dos cuidados às

pessoas com deficiência temporária ou permanente, progressiva, regressiva ou estável, intermitente ou contínua (BRASIL, 2015). Isso auxilia na colaboração de todas as redes para que a criança seja atendida em todas as suas necessidades.

É ponto de destaque a busca social da família para que os direitos das crianças com TEA sejam garantidos, além de uma grande preocupação com o futuro dos filhos, sendo assim é conquista dos familiares das crianças com o diagnóstico a participação cidadã, pois permeia as manifestações públicas das famílias na tentativa de promover soluções à sua constante preocupação quanto ao futuro dos filhos dentro do espectro, consequência de suas vidas serem subtraídas das relações sociais, dos usos e da fruição que a própria urbanização pressupõe. Tal participação vai desde a persistência de cada família por exigir do poder público o atendimento adequado, até as manifestações públicas para alcançar a aprovação de projetos de lei que instituem políticas de proteção aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (MACHADO; ANSARA, 2015).

A busca incessante dos familiares para a garantia dos direitos da criança com TEA é uma realidade, porém, não somente a família é responsável por esses direitos como também, cabe à sociedade promover as condições de acessibilidade necessárias, a fim de possibilitar que as pessoas com deficiência vivam de forma independente e participem plenamente de todos os aspectos da vida (BRASIL, 2015).

Sendo assim, faz-se necessária a interação de todos na busca da garantia de direitos, bem como da inclusão social, fora e dentro da escola, para que essa criança seja adequadamente inserida no meio social, com todas as suas necessidades sendo devidamente atendidas. Porém, com relação à sala de aula Freitas, Britos e Martins (2020) citam que, infelizmente diversos estudos demonstram que a realidade em sala de aula está longe do ideal. Dentre os problemas frequentemente encontrados, estão a falta de capacitação de professores, carência de recursos e estratégias de atenção, de cuidado e de ensino, preconceito e exclusão em sala de aula, bem como a subestimação das capacidades do aluno.

Para Mattos e Nuernberg (2011), através da disseminação da informação é possível discutir o direito ao acesso ao conhecimento e, também, a capacidade e o

poder de se desenvolver de forma integral e apropriar-se das condições que favorecem a participação social de forma ativa, desde a educação infantil. Quanto a falta do conhecimento, para Camargo et al. (2020), resulta em queixas sobre não saber como lidar com as estereótipias das crianças com Transtorno do Espectro Autista, o que parece estar relacionada à pouca apropriação sobre as especificidades do TEA.

A importância do ambiente escolar para a criança com TEA é evidenciada por diversos autores, por ser um ambiente no qual a socialização e o desenvolvimento são priorizados, portanto, a escolarização da criança com TEA é de extrema importância para que seus desafios sejam superadosse mostram necessários para que a intersetorialidade e a inclusão aconteçam efetivamente.

Para que a inclusão educacional ocorra da melhor forma, deve ser assegurado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades o suporte necessário para seu desenvolvimento em qualquer fase escolar, utilizando recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, recursos humanos e realizadas adaptações de acordo com a necessidade de cada criança. Ou seja, devem ser utilizadas ferramentas de diferentes áreas, articulado o trabalho em equipe, bem como envolvida toda a rede de apoio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na presente revisão integrativa, foi possível obter um estudo mais direcionado sobre os desafios da articulação intersetorial no processo da inclusão educacional das crianças com TEA, através da análise de cada setor e seus aspectos, evidenciando os benefícios que cada um proporciona à criança com TEA.

A inclusão educacional se faz importante uma vez que o ambiente escolar proporciona diferentes interações, desenvolvimento de habilidades, estímulos das capacidades de criança, além da interação dos familiares e educadores, formando uma rede de acolhimento e apoio para a criança com TEA. A comunicação entre os familiares, educadores e terapeutas é muito importante, por formar uma rede de apoio através da troca de informações. Assim, as pessoas que compõem os

ambientes primordiais de desenvolvimento da criança obtêm e compartilham informações sobre as capacidades e os limites, podendo adequar e adaptar atividades para a oferta de estímulos e o desenvolvimento de habilidades.

É evidente que a busca das famílias pela garantia dos direitos das crianças com TEA é incessante. Porém, a busca por informações e conhecimentos tanto do espectro, como também dos direitos, também, se faz necessária para que a troca entre os profissionais de cada setor tenha um ponto em comum: a proteção destes direitos. Portanto, é visível a necessidade de articulação entre diferentes setores, para que cada criança com transtorno do espectro autista possua seus direitos garantidos em diferentes áreas que contribuam para sua efetiva inclusão educacional, com vistas a inclusão social.

Por fim, a revisão integrativa trouxe uma análise abrangente de diferentes setores envolvidos com o processo de inclusão educacional, mostrando vários benefícios que a articulação intersetorial pode promover à criança com TEA. Em contrapartida, os desafios desta articulação geram dificuldades ao processo de inclusão, como por exemplo, a falta de preparo profissional para atender essas crianças, a baixa interação do meio familiar com os educadores, além da constante busca pela garantia dos direitos, que já deveriam ser garantidos na prática. Portanto, é evidente que a intersetorialidade favorece a atenção integral à criança com TEA, voltando o olhar ao atendimento de suas necessidades individuais, bem como a todas as habilidades que podem ser desenvolvidas, mas para que isso ocorra de maneira efetiva e na prática, o conhecimento, a informação e a troca de saberes devem ser constantes.

## REFERÊNCIAS

BARBIERI, Érica Rezende; SOUSA, Hadassa Costa; GERVASIO, Flavia Martins. Somos iguais e pensamos diferente: Aceitar a inclusão faz bem a todos - O TEA na escola. **Revista Movimenta**, Goiânia, v. 13, n.º. 3, p. 456-464, 10 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1989>. Acesso em: 10 ago. 2021.



BORBA, M. M. C.; BARROS, R. S. Ele é autista: como posso ajudar na intervenção? Um guia para profissionais e pais com crianças sob intervenção analítico comportamental ao autismo. Cartilha da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), 2018.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O MÉTODO DA REVISÃO INTEGRATIVA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Gestão e Sociedade**, [S. l.], v. 5, nº 11, p. 121-136. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/> Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília DF, 2015. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília DF, 2015. 156 p.

BRASIL, **Lei nº 12.764** de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 6ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höheret *al.* Desafios no processo de escolarização de crianças com Autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, n. 20, p. 04-15, fev. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CAMPOS, Caroline de Carvalho Pereira de; SILVA, Fernanda Caroline Pinto da; CIASCA, Sylvia Maria. Expectativas de profissionais da saúde e psicopedagogos sobre aprendizagem e inclusão escolar de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 35, n.º. 106, p. 03-13, abr. 2018.

Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862018000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862018000100002). Acesso em: 15 ago. 2021.

CRUZ, Deusina Lopes da; COLIN, Denise Ratmann Arruda. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. A parceria com a Assistência Social p. 129-135. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília DF, 2015.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C.M. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 2, p. 187-93. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/grJnXGSLJSrbRhm7ykGcCYQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: out. 2021.

FREITAS, Cassia dos Santos; BRITO, Higor Pereira de; MARTINS, Claudia Solange Rossi. Expectativas e dificuldades de ingresso ao Ensino Médio por aluno com Transtorno do Espectro Autista-TEA: percepções de um pai. **Revista Educação Especial**, Maceió, v. 22, n.º. 36, p. 321-340, out. 2020.

LOPES, Amanda Trindade; ALMEIDA, Gabriel Antonio de. Perfil de Indivíduos com transtorno do espectro autista (TEA) no Brasil. **Unicesumar**, Maringá, v. 5, n.º. 1, p. 02-10, 16 fev. 2021. Disponível em:

<http://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/7573>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MACHADO, Márcia Francisco Lombo; ANSARA, Soraia. Privações na vida cotidiana do autismo na cidade: desafios às políticas públicas. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, São Paulo, v. 5, n.º. 2, p. 245-263, fev. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/141298/138592>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MARCONDES, Mariana Mazzini; SANDIM, Tatiana Lemos; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. Transversalidade e Intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, São Paulo, v. 10, n.º. 1, p. 22-33, jan. 2018. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Tatiana-Sandim-2/publication/322158799\\_Transversalidade\\_e\\_Intersetorialidade\\_mapeamento\\_do\\_debate\\_conceitual\\_no\\_cenario\\_brasileiro.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Tatiana-Sandim-2/publication/322158799_Transversalidade_e_Intersetorialidade_mapeamento_do_debate_conceitual_no_cenario_brasileiro.pdf). Acesso em: 23 ago. 2021.

MATTOS, Laura Kemp; NUERNBERG, Adriano Henrique. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n.º. 39, p. 129-142, abr. 2011. Disponível em: <https://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n.º. 6, p. 908-910, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11991/7805>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MOSER, C. C.; GARCIA, N. M.; CHAGAS, P. W. Olhar ecológico sobre a mediação no processo de inclusão na educação infantil. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, v. 26, n.º. 56, p. 71-93, 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, n.º 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>.

RINALDO, Simone Catarina de Oliveira. **Processo Educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil: interconexões entre contextos**. 2016. 130 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2015.

SANTOS, Luciana Almeida; KIND, Luciana. Integralidade, intersectorialidade e cuidado em saúde: caminhos para se enfrentar o suicídio. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 24, n.º. 3, p. 02-13, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/FhqsySCcnjw7ShVwjqs9ksN/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVA, João Rackson Angelin da. **Habilidades sociais de crianças com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. 2018. 132 f. Tese (Doutorado) - Curso de Técnico Administrativo em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 10-106, fev. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021.

TOGASHI, Cláudia Miharu; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. **Revista Educação Especial**, Marília, v. 22, n.º. 3, p. 351-366, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/tZTpdk6vY9sNgZvSwkvrzcn/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021.

WARSCHAUER, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de. O conceito “Intersectorialidade”: contribuições ao debate a partir do programa lazer e saúde

da prefeitura de santo andré/sp. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, nº. 1, p. 191-203, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/F6g5C7Hns7Q3kD3Tqp9LyRt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

**Luiza Camila de Souza**

Graduanda em Fisioterapia da Faculdade Guilherme Guimbala. E-mail: [luiza.camila.de.souza@fgg.edu.br](mailto:luiza.camila.de.souza@fgg.edu.br)

**Caroline Evelyn Sommerfeld-Ostetto**

Doutora em Saúde Coletiva, professora da Faculdade Guilherme Guimbala. E-mail: [caroline.sommerfeld@fgg.edu.br](mailto:caroline.sommerfeld@fgg.edu.br)

**Roselaine Maciel Regis Pietra**

Doutora em Educação, professora da Faculdade Guilherme Guimbala. E-mail: [roselaine.pietra@fgg.edu.br](mailto:roselaine.pietra@fgg.edu.br)

**Recebido em 22 de novembro de 2021.**

**Aceito em 21 de dezembro de 2021.**